

Discursos femininos Teoria crítica feminista

A bibliografia comentada que a seguir se apresenta encerra um duplo propósito pedagógico: por um lado, ela faculta informação pormenorizada acerca de títulos fundamentais na área temática em causa; por outro lado, ela dá notícia do desenvolvimento que, em países como os Estados Unidos, a França ou a Inglaterra, caracteriza a teoria crítica feminista. Não é essa a situação em Portugal, se exceptuarmos alguns exemplos isolados, um dos quais é mencionado nesta bibliografia selectiva. Também por isso, este inventário comentado pode, aliado a outros contributos que neste número de *Discursos* se encontram, favorecer a dinamização de uma relevante área dos estudos literários, tanto no plano da reflexão teórica, como no das suas aplicações.

ABEL, Elizabeth (ed.) – *Writing and Sexual Difference*, Chicago, University of Chicago Press, 1982, 315 pp.

Originalmente publicados num número especial da revista *Critical Inquiry* (vol. 8, nº 2, Inverno de 1981), os artigos reunidos neste volume investigam como a categoria do «género sexual informa e complica tanto a escrita como a leitura dos textos». O problema teórico do conceito de «diferença» é conceptualizado de modo diverso por, entre outras, Elaine Showalter, Susan Gubar e Judith Kegan Gardiner. Os exemplos de crítica aplicada oferecidos, por exemplo, por Mary Jacobus, Margaret Homans, Nina Auerbach, Annette Kolodny, Catherine Stimpson e Gayatri Spivak põem em evidência uma variedade de estratégias subversivas utilizadas por escritoras e leitoras com o fim de inscrever a «diferença» que alteraria

Discursos

radicalmente as formas literárias tradicionais definidas pelo cânone masculino. O volume inclui uma tradução do famoso ensaio de Hélène Cixous, «Le Rire de la Méduse» (1975).

BEAUVOIR, Simone de – *Le Deuxième Sexe*, Paris, Gallimard, 1949, 2 vols.

Um estudo essencial para a compreensão da herança intelectual do feminismo contemporâneo francês. Começando com a premissa básica de que «A mulher não nasce mas faz-se», a Autora investiga em detalhe toda a extensão das forças (históricas, sociais, económicas, biológicas, psicológicas, sexuais e artísticas) que determinam a situação da mulher no mundo, passando depois a analisar as implicações dessa situação e a sugerir possíveis meios de luta. Conquanto algumas passagens do estudo já não possuam relevância política ou filosófica na época contemporânea, certos conceitos e estratégias analíticas têm ainda um valor fundamental para a crítica feminista. Contam-se, entre estes, o conceito de «alteridade» que está na base de toda a opressão social; o questionamento das ideias de Freud referentes à feminidade; a constatação da ausência das mulheres como colectividade dos grandes empreendimentos históricos e culturais; e os mitos sobre a Mulher construídos e propagados pela imaginação masculina. A Parte III do segundo volume contém uma secção dedicada à «marginalidade» da produção literária feminina, que Beauvoir atribui não só à falta de esforço artístico mas também à visão «singular» característica da escrita feminina. Como Woolf, Beauvoir argumenta que as mulheres têm que «transcender» estas limitações para poder alcançar uma expressão literária de valor «universal».

BELSEY, Catherine; MOORE, Jane (eds.) – *The Feminist Reader: Essays in Gender and the Politics of Literary Criticism*, London, Macmillan Education Ltd., 1989, 264 pp.

Uma antologia de ensaios, a maior parte extraídos de textos anteriormente publicados, que ilustram de modo conciso a premissa básica de

que, para o/a leitor/a feminista, todo o acto de interpretação é um acto conscientemente político enraizado numa compreensão historicista de toda a produção cultural. Algumas das principais questões levantadas pela teoria e pela crítica literária feministas (principalmente ao longo dos anos oitenta) são aqui apresentadas a partir de perspectivas diferentes e por vezes antagónicas, o que põe em evidência o saudável espírito de debate intelectual que anima o campo em questão. Os ensaios de Dale Spender, Gillian Beer e Julia Kristeva enfocam problemas relativos à definição de uma linguagem, de uma escrita e de uma tradição literárias especificamente femininas. Sandra Gilbert e Susan Gubar investigam tal especificidade em termos de uma experiência biológica e social, o que, na perspectiva de Hélène Cixous, implicaria primeiro que tudo a adopção de uma posição discursiva «feminina». Rosalind Coward, Mary Jacobus e Toril Moi discutem a relação entre as várias escritas de mulheres e o projecto político feminista. A tendência potencialmente imperialista do mesmo é salientada por Gayatri C. Spivak.

CIXOUS, Hélène; GAGNON, Madeleine; LECLERC, Annie – *La Venue à L'écriture*, Paris, UGE, 10/18, 1977, 151 pp.

Três testemunhos pessoais que relatam processos de acesso à escrita, apelando, ao mesmo tempo, para a necessidade de que as mulheres escrevam, que sobrevenham as repressões culturais de vários teor que têm silenciado o desejo feminino e, daí, a sua voz própria. No ensaio do título, Cixous utiliza toda uma série de metáforas, de alegorias e de jogos de palavras para evocar a passagem da morte à vida, do exílio ao amor-próprio e ao amor do outro num percurso não-linear marcado por pontos nodais de «descobrimento» que assinalam a relação intrínseca entre a escrita, o corpo, o desejo e a dádiva: a escrita como acto supremo de «dar à luz» o «eu» e os outros. Em «Une lettre d'amour», Annie Leclerc também conceptualiza a escrita feminina como um «parto» que libera a «mulher-serva» das prisões impostas ao seu corpo, tornando-a capaz de quebrar o silêncio milenário em que se funda a

Discursos

função maternal. Madeleine Cagnon propõe, em «Mon corps dans l'écriture», a reapropriação por parte das mulheres da memória do corpo feminino, a história polimorfa de um desejo silenciado pela ordem falocêntrica que reprime a expressão não só das mulheres mas também de todos os oprimidos. A escrita feminina seria, assim, uma forma de luta aliada a outras formas de luta social e política. De um lirismo utópico e comovedor onde se interpõem, por vezes, passagens expositivas e analíticas, os três ensaios constituem mostras exemplares da teoria-prática característica da «escrita feminina» em voga nos anos setenta.

CLEMENT, Catherine; CIXOUS, Hélène – *La Jeune Née*, Paris, UGE, 10/18, 1975, 296 pp.

Um dos textos mais frequentemente citados com referência à problemática da função política do feminino. Na primeira parte do livro, Catherine Clément apresenta as suas ideias sobre a natureza e função das representações da Mulher na tradição ocidental. Hélène Cixous discorre sobre a mesma questão, analisando as suas repercussões na libido e na prática da escrita feminina. Por último, entram em cena as duas vozes teóricas num «diálogo» que ilumina os pontos de contacto e, sobretudo, as divergências entre ambas. Tanto Clément como Cixous estão de acordo a respeito do fenómeno de exclusão cultural que historicamente tem eliminado as mulheres do discurso filosófico ou expositivo. Porém, discordam quanto à necessidade de que estas forjem um lugar para si no discurso falocêntrico. O papel sócio-histórico tanto quanto metafórico da histeria é valorizado por Cixous como modelo exemplar da capacidade feminina de transgressão e de desordem social. Clément rejeita tal conjugação entre o papel psico-sexual e o papel político da histeria, insistindo em que esta (que pode ser biologicamente masculina, tal como Flaubert) em nada altera a ordem simbólica vigente. No seu todo, o presente texto emblematiza o impasse entre a posição abertamente política de Clément e o conceito abstracto de «política» proposto por Cixous.

DIDIER, Béatrice – *L'Écriture-Femme*, Paris, PUF, 1981, 286 pp.

Uma chegada contra a proliferação de teorias sobre a Mulher e o feminino tendentes a «reproduzir até à caricatura todos os *clichés* da moda», este estudo pretende demonstrar que a «escrita feminina» não nasce nos anos setenta mas é, pelo contrário, um fenómeno trans-histórico. A sua manifestação não se encontra necessariamente ligada à experiência biológica do corpo feminino (a menstruação e a maternidade, por exemplo); não é compreensível em termos de qualquer base psicológica comum (o desejo feminino); nem muito menos em termos de uma linguagem feminina específica. Desde Safo à época contemporânea, é a situação das mulheres na sociedade em que vivem o que explicaria, pelo menos em parte, certas «linhas de força comuns» na escrita feminina: a apresentação da mulher marginalizada, que enfrenta toda uma série de obstáculos sociais à actividade literária; a preocupação com o problema da identidade do «eu» feminino; e o sentido de uma realidade alternativa, evocada por meio de características formais tais como a circularidade, a fluidez, a ruptura e a descontinuidade. Leitura de base que corrige, até certo ponto, a tendência formalista característica de outras teorias da «escrita feminina».

EAGLETON, Mary (ed.) – *Feminist Literary Criticism*, London/New York, Longman, 1991, 241 pp.

Uma apresentação panorâmica das diferentes tendências da crítica feminista a partir de princípios dos anos 70. Dramatizando o debate interno de cada uma dessas tendências, o volume organiza-se mediante uma série de pares de ensaios justapostos, sendo o segundo uma resposta ao primeiro ou uma exploração alternativa dos mesmos temas. Os pontos de contacto bem como as divergências entre várias teorias literárias feministas são deste modo iluminados, particularmente no que respeita à sua procedência filosófica. Torna-se possível constatar assim a importância de Marx na crítica de Cora Kaplan, a de Michel Foucault na de Peggy Kamuf; a filiação de Toril Moi, Julia

Discursos

Kristeva e Gayatri Spivak em Jacques Derrida; e, por fim, a adesão a Freud e/ou a Lacan por parte de Kate Millet, de Mary Jacobus, de Hélène Cixous e de Catherine Clément. O último par de ensaios, da autoria de Mary Jacobus e de Stephen Heath respectivamente, examinam a relação entre a sexualidade e a textualidade confrontando o estatuto problemático da «mulher no texto» e o não menos problemático estatuto dos «homens no feminismo».

FELSKI, Rita – *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change*, Cambridge, Harvard University Press, 1989, 223 pp.

Opondo-se frontalmente à crítica feminista de filiação francesa, que privilegia a expressão do feminino em discursos de vanguarda a partir de perspectivas semióticas, desconstrutivas e/ou psicanalíticas, Rita Felski apela neste estudo para a necessidade de reconsiderar a função sócio-política, denunciadora e, à vez, intervencionista, de certa literatura feminista de corte autobiográfico. Em sua opinião, esta deve ser perspectivada através do que, seguindo a sugestão de Jurgen Habermas, denomina como «a esfera pública feminista», ou seja, «o espaço discursivo definido em termos de uma identidade [política] comum», baseada na experiência de opressão que une as mulheres em movimentos políticos independentemente das suas diferenças individuais. Esta redução da diversa malha de condicionamentos políticos, sociais e culturais em que a literatura é produzida e que simultaneamente ajuda a produzir leva a uma perspectiva sociológica, estruturante, que dificilmente explica como a literatura feminista de tipo experimental (não realista) participa de um projecto político transformativo identificável com o feminismo.

FINKE, Laurie A. – *Feminist Theory, Women's Writing*, Ithaca/London, Cornell University Press, 1992, 216 pp.

Baseando-se nas ideias de Foucault e, especialmente, de Bakhtin, a Autora advoga uma crítica feminista dirigida à análise da «especifici-

dade histórica e cultural da opressão, da resistência, da cooptação e da subversão que marca os textos sobre e de autoria feminina». As tensões entre estes últimos e as representações culturais da Mulher ao longo do tempo são exploradas em vários textos literários (predominantemente de origem francesa e inglesa), desde a época medieval à contemporânea. O capítulo final do livro esboça uma teoria de valor estético fundada numa compreensão «dialógica» das condições históricas e políticas em que se efectua toda a produção cultural. Uma visível preocupação teórica por contribuir para o debate em torno da especificidade da escrita de mulheres faz-se aqui acompanhar de análises críticas que de modo tão claro como estratégico põem à prova o princípio de «complexidade crítica» feminista proposto pela Autora.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan – *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth Century Literary Imagination*, New Haven, Yale University Press, 1979, 719 pp.

Um dos clássicos da crítica feminista anglo-americana dos anos setenta, este massivo estudo das principais figuras literárias femininas em língua inglesa no século XIX vai muito além do seu propósito crítico-analítico. Se, por um lado, sugere uma nova compreensão da especificidade da tradição literária feminina (*vis-à-vis* a tradição masculina dominante), por outro, esboça uma ambiciosa teoria da criatividade literária feminina. Para as Autoras, as mulheres escritoras tiveram (têm ainda) que enfrentar o mito exclusivista do Autor-Pai, detentor da pena/pénis, «metáfora da paternidade» que reduz a representação da Mulher ao binómio anjo/monstro. Reapropriando-se da imagem masculina da mulher-monstro, Gilbert e Gubar valorizam a sua instabilidade, a sua «duplicidade» criadora: ela é aquela que tem uma história para contar, uma história que pode sempre não ser contada ou contada de modo diferente. A figura da escritora «louca» tematizada ou simplesmente sugerida nos textos deste estudo epitomizaria, assim, o estatuto duplo, simultaneamente revisionista e revolucionário, da criativi-

Discursos

dade feminina. Sob o «desenho da superfície» estaria sempre latente nos textos de autoria feminina um significado ou «verdade» outra, que compete à crítica feminista iluminar.

GREENE, Gayle; KAHN, Coppélia (eds.) – *Making a Difference: Feminist Literary Criticism*, London, Methuen & Co. Ltd., 1985, 273 pp.

Composto por nove ensaios de autoria diversa, o presente volume apresenta uma visão global das diversas propostas, metodologias e debates que caracterizam o campo da crítica feminista contemporânea. Num artigo de carácter introdutório, as editoras descrevem com acervo a complementaridade das investigações feministas levadas a cabo nas áreas de história, de antropologia e de literatura num esforço comum de desconstruir os paradigmas culturais (masculinos) que têm silenciado e marginalizado as mulheres. Os restantes ensaios representam como diversas correntes críticas feministas – inspiradas na política da linguagem, na psicanálise, nas teorias do «feminino» no feminismo socialista, na diferença da raça e na da experiência lésbica – têm questionado o cânone numa tentativa de nele inscrever a diferença, ou melhor, as múltiplas diferenças femininas.

HUMM, Maggie – *The Dictionary of Feminist Theory*, London, Harvester Wheatsheaf, 1989, 278 pp.

Uma obra de inegável utilidade, onde o estudioso (ou o curioso) do pensamento feminista pode encontrar ampla informação sobre termos, teorias, conceitos e ideias neste domínio, apresentados no seu processo de definição, como não podia deixar de ser dada a natureza do caso, i.e., sendo o Feminismo «a collage of continuously changing ideas» (p. xv) e sendo convicção da Autora que o processo de definição consiste sobretudo em «evocar a diferença e convocar a experiência» (p. xiv). Convocando precisamente a experiência histórica das mulheres, atendendo sobretudo às transformações ocorridas nos anos 60 e 70, Maggie Humm

reúne aqui um vasto conjunto de instrumentos conceptuais que permitem compreender a discriminação económica, política e sexual de que a mulher tem sido alvo ao longo dos tempos. A partir de uma perspectiva transcultural e internacional, mas apoiando-se predominantemente na teoria francesa e anglo-americana, a Autora visa também apresentar a teoria feminista como um campo de pesquisa de direito e demonstrar como ela pode tornar-se numa fonte transformadora de poder e conhecimento, ao aliar de uma forma *sui generis* a teoria à prática, o público ao privado. Como a Autora afirma no Prefácio a este Dicionário, a selecção dos conceitos aqui contemplados foi feita a partir de materiais escritos informados por três preocupações básicas: redefinir o conteúdo do conhecimento, desenvolver uma epistemologia alternativa e traçar novas configurações possíveis do conhecimento. Verifica-se que o Feminismo é aqui colocado no seu contexto histórico, porquanto se oferece ao leitor a possibilidade de apreender as diversas inter-relações entre o pensamento feminista e o pensamento ocidental em geral. Em cada entrada, o leitor encontra uma apresentação do desenvolvimento histórico de cada conceito ou, quando se trata de um nome próprio, a identificação e a indicação dos contributos mais significativos, a citação da fonte original de determinadas ideias particulares, quando é o caso, e sempre uma ou várias indicações bibliográficas sobre o assunto em questão. Termina o volume uma extensa bibliografia.

IRIGARAY, Luce – *Ce Sexe Qui N'est Pas Un*, Paris, Les Editions de Minuit, 1977, 217 pp.

Uma colecção de onze ensaios que apresentam as ideias centrais da Autora. O ensaio do título, em particular, tem gozado de uma certa influência na crítica literária feminista. Começando por atacar o falocentrismo do modelo freudiano da sexualidade feminina, modelo que reduz a mulher a um objecto da fantasia masculina, Irigaray baseia-se na morfologia dos genitais para argumentar que a mulher é

Discursos

«feita de dois lábios que se beijam continuamente» sendo, portanto, «em si já duas». Esta duplicidade indivisível gera a multiplicidade infinita característica tanto da sexualidade como da linguagem femininas. Só a reavaliação do sistema cultural fundado na troca das mulheres permitirá, contudo, a liberação do desejo feminino e a consequente expressão (artística, política) de tal multiplicidade. Se bem que Irigaray defenda a necessidade de uma transformação cultural radical com vistas a alcançar este fim, adverte contra o perigo de simplesmente inverter a ordem vigente, impondo um novo padrão feminino no lugar do padrão dominante masculino.

JARDINE, Alice – *Gynesis: Configurations of Woman and Modernity*, Ithaca, Cornell University Press, 1985, 281 pp.

Posicionando-se como «tradutora» (no sentido derridano), Alice Jardine «transporta» não só ideias e textos de uma língua (a francesa) para outra (a inglesa), mas também o sentido político da prática crítico-teórica feminista. O seu objectivo é investigar como a modernidade (que nos Estados Unidos se associa mais especificamente ao Pós-modernismo) «põe a Mulher no discurso [artístico e filosófico] [...] como aquele processo que está para além do sujeito cartesiano, a Dialéctica da Representação e a Verdade do Homem». A palavra «processo» é chave, diferenciando o projecto de Jardine da tradicional análise de «imagens de mulheres» na literatura. «Gynesis» será, então, o processo discursivo que produz o feminino como um «espaço» ou «horizonte» desestabilizante, incerto, fora do conhecimento e da representação. Jardine organiza o seu estudo de acordo com três processos entrecruzados de «gynesis» evidenciados nas principais manifestações teóricas da crise das narrativas-mestras humanistas e da razão positivista.

JARDINE, Alice; SMITH, Paul (eds.) – *Men in Feminism*, London, Methuen & Co. Ltd., 1987, 288 pp.

A «entrada» de vozes masculinas na teoria e crítica feministas constitui o tema central deste volume, em que vem a lume a famosa controvér-

sia originada em duas sessões do Congresso da Modern Language Association of America, em Dezembro de 1984. «Eles» – Stephen Heath, Paul Smith e Andrew Ross – falam primeiro; «elas» – Alice Jardine, Judith Mayne, Elizabeth Weed e Peggy Kamuf – falam depois. E a discussão continua, ora na forma de ataque e contra-ataque (como, por exemplo, entre Elaine Showalter e Terry Eagleton), ora na forma de solos que analisam questões relativas às implicações políticas da presença dos homens nos espaços e disciplinas académicas fundadas por mulheres. Tal como muitos dos colaboradores neste volume o acentuam, a preposição «em» na frase «os homens no feminismo» assinala a relação necessariamente problemática dos homens com o feminismo. Podem/devem estes «estar no feminismo» mesmo se intelectual e politicamente o apoiam? O diálogo entre Stephen Heath e Alice Jardine que conclui o volume parece sugerir uma resposta afirmativa a esta pergunta, desde que sempre seja assumida a impossibilidade última dos seus termos.

LAURETIS, Teresa de – *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*, Bloomington, Indiana University Press, 1987, 151 pp.

Uma contribuição fundamental para o discurso crítico-teórico feminista, esta colecção de ensaios compele a um entendimento político do género enquanto «efeito e excesso da representação». O influente ensaio do título estabelece o enquadramento teórico que informa a análise dos filmes e romances focados nos restantes ensaios. A sua premissa conceptual assenta na ideia foucaultiana de que a sexualidade constitui uma «tecnologia do sexo», ou seja, ela é produzida por uma multiplicidade de práticas sociais e culturais, de epistemologias e de discursos institucionais. Lauretis vai além de Foucault, porém, ao argumentar que os sujeitos masculinos e os femininos são diferentemente subjugados e, à vez, cúmplices dos discursos e práticas da sexualidade. Segundo a Autora, a teoria feminista deve compreender o sujeito feminino como situando-se simultaneamente dentro e fora da ideologia do género, sendo construído por «uma multiplicidade de discursos, posições e

Discursos

significados, que são por vezes mutuamente conflitivos e inerentemente (historicamente) contraditórios». O sujeito feminino será, portanto, «heteronímico» com relação aos aparatos ideológicos e às tecnologias sócio-culturais do género.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de – *O Tempo das Mulheres: A Dimensão Temporal na Escrita Feminina Contemporânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, 547 pp.

O único estudo identificável com uma agenda crítica feminista a ser publicado em Portugal até à data, este extenso volume é de consulta indispensável não só no que se refere a algumas das principais vozes da ficção portuguesa contemporânea mas também no que se refere à sua herança histórica. Num primeiro capítulo, a Autora analisa a tradição filosófica, desde a Antiguidade Clássica à Fenomenologia, que postula diferentes modalidades de vivências temporais entre homens e mulheres. Enquanto que para aqueles o tempo seria fluido, para estas ele seria cíclico ou «parado». O estudo parte pois da hipótese de que o reflexo literário do «tempo feminino» se apoia em realidades biológicas e sociais transhistóricas com um fundo comum, projectando-se depois num complexo jogo de espelhamentos, do qual a leitora participa. Isto explica por que, desde a voz da Mulher nas cantigas d'amigo, passando pelas obras de Sóror Maria do Céu e de Ana Plácido, entre outras, até Agustina Bessa Luís e a autoras mais recentes, tais como Lídia Jorge, a representação da estrutura do tempo feminino permanece inalterável tanto ao nível dos textos em si como ao nível das suas personagens femininas.

MARKS, Elaine; COURTIVRON, Isabelle de (eds.) – *New French Feminisms: An Anthology*, Amherst, University of Massachusetts Press, 1980, 279 pp.

Uma recolha de mais de cinquenta extractos de textos de autoria diversa, previamente publicados, esta antologia é de utilidade fundamental

como introdução às várias contribuições e vertentes do pensamento feminista francês contemporâneo. Os três ensaios iniciais, da autoria das editoras, oferecem um informativo resumo da história do feminismo e do anti-feminismo na França, traçando também o contexto intelectual em que surgem os «novos feminismos» nos anos setenta. A proposta de Simone de Beauvoir sobre a mulher como o «Outro» definido pelo sujeito masculino, incluída na introdução a *O Segundo Sexo* (1949, I), abre o debate em torno do qual giram as intervenções de, entre outras, Hélène Cixous, Annie Leclerc, Benoîte Groult, Claudine Herrman, Luce Irigaray, Marguerite Duras, Monique Wittig, Julia Kristeva e Catherine Clément. Dois problemas intimamente relacionados ressurgem como pontos centrais deste debate: por um lado, a viabilidade pragmática do ideal de uma linguagem especificamente feminina capaz de transformar as mulheres em (novos) sujeitos discursivos; por outro lado, a relação entre o feminismo como actividade política em várias frentes e a sua redução a uma simples prática literária.

MILLER, Nancy K. – *Subject to Change: Reading Feminist Writing*, New York, Columbia University Press, 1988, 285 pp.

A relação conflitiva entre a teoria crítica pós-estruturalista, de ascendência filosófica francesa, e a metodologia típica dos Estudos de Mulheres, em linha com o pragmatismo anglo-americano, é neste livro hábil e proveitosamente ultrapassada. Assumindo uma posição discursiva a meio caminho entre um e outro extremos teóricos, a Autora propõe uma teoria literária feminista baseada no conceito de «assinatura feminina», construção política mais que essência biológica cuja finalidade principal é a inclusão das mulheres no cânone literário e cultural que paulatinamente as vem excluindo como sujeitos autorais. A leitura de vários textos franceses e anglo-americanos de autoria feminina contraposta, num ensaio específico, à análise da representação do sujeito feminino nas *Lettres Portugaises* (em confronto com a propos-

Discursos

ta de Peggy Kamuf, que considera o feminino como «feito» independentemente da autoria do texto), gera estratégias de leitura feminista tendentes à valorização crítica daquilo que Nancy K. Miller caracteriza como as «cenas da escrita» – as figurações textuais da mulher escritora presentes nos textos que traçam uma «tradição» (alternativa) de literatura feminista.

MOI, Toril – *Sexual/Textual Politics: Feminist Literary Theory*, London, Methuen & Co. Ltd., 1985, 206 pp.

Um dos mais importantes volumes de introdução à teoria literária feminista publicado nos anos oitenta. Toril Moi descreve de um modo conciso e claro, a que não falta uma fina análise ideológica, as duas escolas de pensamento literário feminista caracterizadas pelas orientações (por vezes simplificantes) de «política sexual anglo-saxónica» e de «política textual francesa». A tendência da primeira para tratar os textos de autoria feminina como «reflexos» não mediatizados de realidades sociais e biológicas merece a censura da Autora. Por outro lado, o sonho de uma linguagem especificamente «feminina», advogado pelas teorias francesas de «écriture féminine», é também criticado por cair no tipo de separatismo que tradicionalmente tem excluído as mulheres da produção cultural. Se bem que Moi privilegia as propostas deconstrutivas-psicanalíticas de Cixous, Irigaray e, sobretudo, de Kristeva, propostas que problematizam o conceito de «identidade» e a própria categoria «Mulher», é evidente que abraça a necessidade política de uma crítica feminista de teor pragmático desde que sempre baseada num entendimento pós-estruturalista da linguagem.

NEWTON, Judith; ROSENFELT, Deborah (eds.) – *Feminist Criticism and Social Change: Sex, Class and Race in Literature and Culture*, London, Methuen & Co. Ltd., 1985, 291 pp.

Uma colecção de ensaios relativos ao campo da literatura e das ciências sociais que postulam a necessidade de contextualizar a crítica

feminista numa *praxis* política materialista aberta às lutas de mulheres. A introdução, a cargo das editoras, apresenta com clareza toda uma série de questões relacionadas com este objectivo a partir de vários posicionamentos crítico-teóricos, como por exemplo, a desconstrução, a psicanálise e a homossexualidade. No seu todo, o volume, que se divide numa primeira parte teórica e noutra de crítica aplicada, chama a atenção para o valor político de uma perspectiva centrada simultaneamente nas condições materiais e nos contextos ideológicos, linguísticos e intelectuais em que se efectua a produção cultural.

NICHOLSON, Linda J. (ed.) – *Feminism/Postmodernism*, London/New York, Routledge, 1990, 348 pp.

Uma colecção de ensaios teóricos a partir de uma variedade de perspectivas disciplinares (filosofia, ciências políticas e ciências sociais), que investiga as implicações do (des)encontro entre o feminismo e o pós-modernismo para uma política feminista efectiva. Na sua Introdução, Nicholson salienta os principais pontos de contacto entre o feminismo e o pós-modernismo, como, por exemplo, concepções similares de identidade e de diferença, de inclusão e de exclusão, resultantes de um comum questionamento do discurso científico-racional iluminista. A abolição da tendência universalista (exclusivista e dogmática) típica do feminismo humanista seria um factor positivo desta confluência, segundo as visões mais ou menos optimistas propostas por Nancy Fraser e Linda Nicholson, por Jane Flax e por Donna Haraway, por exemplo. A maior parte dos ensaios incluídos nesta colecção adverte, porém, como a celebração infinita das diferenças, a descrença na categoria do sujeito humanista e na noção de agência pode conduzir a um relativismo incompatível com as motivações transformativas do feminismo. Leitura de base crítico-teórica fundamental, não obstante a ausência – aliás sintomática – de uma contribuição especificamente representativa dos estudos literários.

Discursos

SHOWALTER, Elaine – *A Literature of their Own: British Women Novelists from Brontë to Lessing*, New Jersey, Princeton University Press, 1977, 378 pp.

Considerado já um clássico da crítica feminista anglo-americana dos anos setenta, este estudo identifica e descreve uma tradição literária feminina desenvolvida ao longo de três etapas, características de qualquer «subcultura literária». Uma primeira etapa «feminina» corresponde a um período de imitação e interiorização dos modelos estéticos dominantes (masculinos). Numa segunda etapa «feminista» as autoras revoltam-se contra estes modelos, advogando o estatuto autónomo da literatura feminina. A procura de uma identidade própria, liberta da dependência em estratégias de oposição, regista o advento de uma terceira etapa «fêmea» («female»). O cuidado em contextualizar histórica e socialmente a produção literária feminina, a inclusão de escritoras desconhecidas ao lado de escritoras de renome, e a sistematização de categorias de análise susceptíveis de gerar uma nova metodologia crítica, que Showalter mais tarde chamaria «ginocrítica», são os principais méritos deste estudo. Não obstante, tem recebido violentos ataques sobretudo devido à suposição implícita que o norteia, nomeadamente, que a literatura é um veículo transparente da experiência.

SHOWALTER, Elaine (ed.) – *Speaking of Gender*, London, Routledge, 1989, 335 pp.

Os catorze ensaios incluídos nesta colecção representam uma importante vertente da crítica feminista anglo-americana centrada sobre a categoria do género sexual. (Por oposição ao sexo biológico, o género é concebido como o resultado de condicionamentos sociais, culturais e psicológicos). Tal como Showalter o faz notar na sua introdução ao volume, a partir de princípios dos anos oitenta «o surto do género» teve um crescente impacto teórico e crítico nos estudos literários, forçando a análise segundo a qual toda a leitura e toda a escrita estão marcadas pelo género. Um primeiro grupo de ensaios explora os

«subtextos do género» presentes em teorias que se pretendem genericamente neutras: a crítica da recepção, o método desconstrutivo da Escola de Yale, e a crítica Afro-Americana. Um segundo grupo de ensaios demonstra como o reconhecimento da política do género que funciona em cada texto pode levar a novas e produtivas leituras bem como à reconceptualização de toda uma série de noções literárias em que vêm à luz metáforas de feminidade e masculinidade. A contribuição do Novo Historicismo para o estudo do género sexual e suas relações com a construção da sexualidade e do género textual constituem uma terceira aportação ao volume. No seu todo, este levanta sérias questões susceptíveis de ultrapassar a chamada «ghettoização» da crítica feminista em parte resultante da sua fixação num conceito simplista de patriarcalismo.

WAUGH, Patricia – *Feminine Fictions: Revisiting the Postmodern*, London, Routledge, 1989, 244 pp.

Numa tentativa de aproximar o pós-modernismo e o feminismo com o argumento de que ambos partilham uma mesma noção de subjectividade, o presente estudo pretende demonstrar como certas escritoras dos anos setenta e oitenta (Sylvia Plath, Grace Paley, Margaret Atwood e Doris Lessing, entre outras) representam a identidade humana ou em termos processuais-relacionais ou em termos de dispersão. Para Waugh, a ficção e os ensaios de Virginia Woolf anunciam já o que viria a ser a posição feminina pós-moderna, particularmente a visão de uma nova sociedade baseada numa subjectividade cambiante, múltipla e dispersa.

WOOLF, Virginia – *A Room of One's Own*. London, Hogarth Press, 1929; reimp., London, Grafton Books, 1987.

Considerado um dos mais importantes pilares da crítica literária feminista, este ensaio integra duas conferências sobre o tema geral «As mulheres e a ficção», proferidas pela Autora em 1928 a convite de duas

Discursos

instituições do ensino superior para mulheres. O seu objectivo fundamental não é simplesmente encorajar as mulheres a escrever mas a infundir-lhes uma noção de «génio» na esteira da «irmã de Shakespeare». Esta figura feminina inventada por Woolf ter-se-ia suicidado devido à frustração de não poder expressar o seu génio. As mulheres seriam, de facto, vítimas da «pobreza do seu sexo» não só devido à falta de educação e à condição de esposas e mães mas também pela falta de uma tradição literária feminina, de um modelo de «oração feminina» capaz de veicular as experiências das mulheres. Só a independência material, emocional e espiritual, a que se ligaria a posse de «um quarto para si», proporcionaria às mulheres a oportunidade para desenvolverem uma capacidade artística equiparável à das grandes figuras literárias masculinas – uma meta que, segundo Woolf, pressupõe o ideal de uma «mente andrógina» criadora, capaz de «trasmitir [uma] realidade» neutra quanto ao género.